



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945, de 08 de junho de 2016

1 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER – CEDIM/SC**, aos quatro dias do
2 mês de outubro de dois mil e dezesseis, em Florianópolis, realizou-se a 8ª Reunião
3 Plenária Ordinária do CEDIM/SC, sob a coordenação da Presidenta Conselheira Sheila
4 Sabag, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos
5 Reprodutivos (RNF). A 8ª Reunião Plenária Ordinária foi realizada na Sala de Reuniões
6 da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), sito, Av.
7 Mauro Ramos, 722, Centro – Florianópolis/SC com a seguinte ordem do dia:
8 Período Matutino: **1.** Levantamento do Quórum; **2.** Aprovação da Ata da 7ª Reunião
9 Plenária Ordinária do CEDIM/SC, realizada em 13 de setembro de 2016; **3.** Conversa
10 com Clair Castilhos sobre feminismo, controle social e a importância da participação
11 das conselheiras; e no Período Vespertino: **4.** Planejamento do CEDIM/SC para os
12 próximos 02 anos com a participação da Professora Dra. Teresa Kleba; e **5.** Informes
13 Gerais. Todas as Conselheiras titulares e suplentes foram convocadas a participarem
14 da 8ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC. Fizeram-se presentes no período da
15 manhã as Conselheiras Titulares e Suplentes, representantes das Organizações
16 Governamentais: Conselheira Titular e Vice-Presidenta Célia Fernandes, representante
17 da Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM/SC); Conselheira Suplente Delci Salete
18 Schienemeier, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP);
19 Conselheira Titular Flávia de Mattos Motta, representante da Universidade do Estado
20 de Santa Catarina, Laboratório de Relações de Gênero e Família (UDESC); Conselheira
21 Suplente Otilma Aparecida Martins, representante da Procuradoria Geral do Estado de
22 Santa Catarina (PGE); Conselheira Titular Luz Marina Stradioto Steckert, representante
23 da Secretaria de Estado do Planejamento (SPG) e Conselheiras Titulares e Suplentes
24 representantes das Organizações Não Governamentais: Conselheira Titular Carmem
25 Vera G. Vieira Ramos e Conselheira Suplente Adriana Barth Barbaresco, ambas
26 representantes do Instituto de Estudos de Gênero (IEG); Conselheira Titular Sheila
27 Sabag e Conselheira Suplente Clair Cartilhos, ambas representantes da Rede Feminista
28 de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Letícia Pereira,
29 representante da Associação Estadual de Mulheres Camponesas (AEMC/SC);



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945, de 08 de junho de 2016

30 Conselheira Suplente Adriana Aparecida da Silva, representante da Federação
31 Catarinense de Mulheres (FCM); Conselheira Titular Silvana Passold e Conselheira
32 Suplente Etel de Oliveira Monteiro, ambas representantes da Ordem dos Advogados
33 do Brasil (OAB); Conselheira Titular Ana Maria Sokacheski, representante da Casa da
34 Mulher Catarina; Conselheira Titular Raquel Felau Guisoni, representante da União
35 Brasileira de Mulheres (UBM); Conselheira Titular Myriam Aldana Vargas e Conselheira
36 Suplente Angélica Luersen, ambas representantes da Universidade Comunitária da
37 Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); Conselheira Titular Agnes Margareth Schipanski
38 Weiwanko e Daniele Soares da Silva, ambas representantes da Federação dos
39 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC). Participaram
40 como convidadas da 8ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, as Conselheiras
41 Municipais dos Direitos da Mulher de São José: Rosemere da Luz, Lúcia Helena Coelho
42 Pereira, Mariléia Ventuerella Koerich, Kátia Regina Pereira e as Conselheiras
43 Municipais dos Direitos da Mulher de Palhoça: Eva Paula Franciosi, Fernanda Collaço
44 Della Barba, Neusa Maria Coelho, Tatiane dos Santos e Inez Terezinha Guarnieri.
45 Participaram também da referida Plenária, a Estagiária de Nível Médio do CEDIM/SC,
46 Sabrina Cristina Santos e a Secretária Executiva do CEDIM/SC, Fabiana de Souza.
47 Justificaram ausência: Conselheira Titular Iara Regina Miotti e a Conselheira Suplente
48 Arlete Carminatti Zago, representante da Associação de Mulheres de Negócios e
49 Profissionais da Grande Florianópolis (BPW); Conselheira Titular Mirtes Valles
50 Piovezan, representante do Instituto Catarinense de Estudos Sociais Políticos e
51 Econômicos (ICESPE); Conselheira Titular Fabiana Lopes Ribeiro e Conselheira Suplente
52 Eloir Bernadet da Silva representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
53 Econômico e Sustentável (SDS); Conselheira Titular Adriana Mafra Marghotti,
54 representante da Secretaria de Estado da Educação (SED); Conselheira Titular
55 Guerlinde Gomes de Medeiros, representante da Secretaria de Estado da
56 Administração (SEA); Conselheira Titular Juliana Martins e Conselheira Suplente Suzy
57 Cristina Rodrigues, ambas representantes da SST; Conselheira Titular Ariane Emí
58 Nakamura e Conselheira Suplente Sueli Irene Zincoski, representantes da Secretaria de



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945, de 08 de junho de 2016

59 Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL); Conselheira Titular Eva Santos da Rosa,
60 representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC). Conselheira
61 Titular Patrícia Maria Zimmermann D'Ávila, representante da Secretaria de Estado da
62 Segurança Pública (SSP). Sheila desejou um bom dia a todas as participantes. Foi então,
63 realizado o **Levantamento do Quórum** e em seguida a **Aprovação da Ata da 7ª**
64 **Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, realizada em 13 de setembro de 2016;**
65 Sheila informou que as considerações realizadas pela Conselheira Raquel foram
66 inseridas na Ata da 7ª Reunião Plenária. Adriana Barth Barbaresco solicitou a correção
67 da ordinariedade da Reunião Plenária, visto que constava na linha 197 da Ata, que a
68 Plenária relatada era a 8ª e não a 7ª como de fato. Colocada em aprovação, a Ata da 7ª
69 Reunião Plenária Ordinária foi aprovada por unanimidade. Sheila explanou sobre o
70 objetivo da 8ª Reunião Plenária a qual buscou sensibilizar e mobilizar as Conselheiras
71 Estaduais para a importância das ações do Conselho enquanto instância de controle
72 social na proposição e deliberação de ações que promovam o fomento das políticas
73 para as mulheres no Estado de Santa Catarina. Sheila exemplificou a participação
74 efetiva dos municípios nas conferências municipais/intermunicipais e também a 4ª
75 Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (4ª CEPM) visto que as propostas
76 elencadas na 4ª CEPM foram discutidas e levadas à 4ª Conferência Nacional de
77 Políticas para as Mulheres (4ª CNPM), evidenciando Santa Catarina como um Estado
78 propositivo no trato a defesa e garantias aos direitos das mulheres. Sheila mencionou
79 que os conselhos devem ser deliberativos e que desde junho de 2016, com a Lei
80 Estadual nº 16.945/2016, o CEDIM/SC passou a ter esse caráter. Sheila perguntou aos
81 conselhos municipais presentes na Plenária se ambos eram deliberativos e as
82 presidentas responderam afirmativamente. A Presidenta Estadual mencionou que a
83 nível municipal os conselhos devem fazer com que as propostas das conferências
84 municipais sejam executadas efetivamente. Eva Paula disse que o Município de
85 Palhoça realizou uma Conferência Livre de Mulheres, visto que o Conselho Municipal
86 dos Direitos da Mulher de Palhoça não estava criado naquela época. Sheila pontuou
87 que assim como o Estado, os municípios devem elaborar o Plano de Políticas para as



88 Mulheres. Com a chegada da Conselheira e Palestrantes Clair Castilhos, Sheila pediu
89 para que todas se apresentassem brevemente, visto que no início da 8ª Reunião
90 Plenária já havia sido realizada as apresentações. Após, a palavra foi dada a Clair
91 Castilhos que se iniciou a **Conversa sobre feminismo, controle social e a importância**
92 **da participação das conselheiras**. Clair utilizando-se de recursos de *data show* e
93 *PowerPoint* introduziu a sua fala apresentando por meio de slides o “*Feminismo e as*
94 *relações sociais de gênero*” e o “*Feminismo, histórico e conceitos*”. Dentre os aspectos
95 debatidos junto às participantes, Clair elencou os movimentos feministas, movimentos
96 de mulheres, a trajetória do controle social e a inserção destes movimentos na
97 formação e organização dos conselhos dos direitos da mulher. Clair pontuou como
98 desafios a serem conquistados: a igualdade com equidade, inclusão de mulheres
99 lésbicas, jovens, prostitutas, negras, agricultoras, parteiras tradicionais, indígenas,
100 entre outras. E que tais desafios se constituem nas interfaces das dificuldades que
101 persistem, entre elas: a desigualdade de gênero nos direitos civis e políticos; a
102 sexualidade e a reprodução; a segurança (violência); a implementação da Lei Maria da
103 Penha; a redução da pobreza e do acesso ao trabalho; e os direitos previdenciários.
104 Clair contextualizou também alguns escritos históricos, os quais evidenciavam a
105 violência contra as mulheres como algo naturalmente aceitável por uma sociedade
106 patriarcal e machista que permanece também nos dias atuais. Clair após a sua fala foi
107 ovacionada pelas participantes. Abriu-se então, a plenária para o debate. Sheila disse o
108 quão é importante contextualizar os desafios e as lutas das mulheres ao longo da
109 história, pontuando o contexto atual da política no Brasil. Flávia questionou se as
110 mulheres também não podem ser masculinas, visto considerar que a concepção de
111 feminino e masculino vai além do biológico. Clair respondeu que em sua apresentação
112 se referiu especificamente a determinação biológica. E que o conjunto das opções que
113 cada ser humano tem é em relação à identidade gênero, a orientação sexual, e a
114 possibilidade de cada pessoa assumir determinado papéis e determinadas formas de
115 ser. Carmem mencionou que a apresentação feita por Clair proporcionou a
116 reflexão/questionamento de que o Conselho que ali representam é composto por



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945, de 08 de junho de 2016

117 mulheres e é preciso pensar na concepção do que é ser mulher. Carmem também disse
118 que se sente preocupada, visto que as mulheres não devem ser conceituadas apenas
119 pela questão biológica. E que CEDIM/SC deve pensá-la e entendê-la como mulher num
120 conceito mais amplo, pois o Conselho é deliberativo e construtivo de políticas públicas
121 para as mulheres. Clair solicitou que abrisse um de seus slides e explanou que temos
122 uma identidade sexual, que é composta por aspectos biológicos, psicoafetivos e
123 socioculturais que possibilitam a pessoa se reconhecer, se aceitar e atuar como um ser
124 sexuado. A identidade de gênero seria a convicção íntima e profunda de pertencer a
125 um ou outro sexo. Papel de gênero é a expressão da sexualidade de um indivíduo de
126 acordo com as regras da sociedade. Orientação sexual são as preferências sexuais. E
127 que é com base nesses parâmetros que se deve trabalhar e planejar as ações. Eva
128 Paula disse que os conselhos dos direitos da mulher devem representar todas as
129 mulheres e não somente as biológicas. Raquel falou que o feminino deve ir além do
130 biológico e que frente a realidade que se tem na sociedade, o conceito de feminino
131 tem que transcender a questão biológica e considerar a identidade sexual. Flávia disse
132 que a mulher deve ser entendida pelo espectro das diversas concepções do ser mulher.
133 Clair falou que para a elaboração das políticas públicas devem-se considerar todas as
134 diferentes especificidades das mulheres. A Palestrante exemplificou que ainda não
135 foram conquistadas as necessidades de saúde das mulheres biológicas. Todas as
136 reivindicações devem ser discutidas e estudadas para serem colocadas nas pautas das
137 políticas para as mulheres. Raquel complementou que na década de 1980 se discutia a
138 inserção ou não das lésbicas, gays e travestis nos movimentos feministas e que a
139 medida que se vai explicitando as questões e reivindicações os estudos e debates vão
140 se aprofundando. Eva Paula disse quando se fala de dificuldades que as mulheres
141 enfrentam em nosso País, verifica-se que tais dificuldades já se fazem identificadas e
142 organizadas e que as conferências são importantes espaços de reivindicação e criação
143 de propostas de enfrentamentos a tais dificuldades. Eva Paula mencionou ainda que foi
144 realizada no ano passado uma conferência livre no município de Palhoça e que as
145 reivindicações e propostas foram remetidas ao governo município visto que não havia



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945, de 08 de junho de 2016

146 se formado o Conselho Municipal naquele município. Myriam pontuou que para as
147 conselheiras governamentais as questões de lutas feministas devem ser um pouco mais
148 dificultosas, visto que possuem ações que já são institucionalizadas. Clair disse que ao
149 se fazer o planejamento dos conselhos, deve-se analisar e propor quais as pautas serão
150 prioridades e que podem ser transformadas em propostas de políticas públicas, pois
151 existem outras pautas que se caracterizam por lutas ideológicas, sendo necessário o
152 debate de idéias na sociedade, voltado para as questões culturais e ideológicas. Raquel
153 perguntou se a discriminação e opressão a mulher sempre existiu ou teve um começo,
154 pois em seu entendimento houve uma causa para se originar a opressão das mulheres
155 e que é preciso saber quais as causas para combater esta opressão. Clair disse que a
156 opressão sobre as mulheres começa com a acumulação primária. Raquel falou que a o
157 trabalho doméstico e a criação dos filhos recaem sobre a mulher. Ana complementou
158 que na sociedade capitalista, o trabalho também escraviza as mulheres. Ana pediu a
159 Clair que falasse um pouco sobre a conjuntura atual de golpe contra a primeira mulher
160 eleita a Presidenta do Brasil e as alterações na estrutura da Secretaria Especial de
161 Políticas para as Mulheres. Clair falou que a oposição a Presidenta Dilma teve início
162 com a sua eleição, sendo vítima da misoginia e da rejeição as mulheres no poder e no
163 espaço político, visto que vivemos em um cenário político patriarcal e conservador. Ao
164 findar da fala da Clair, Sheila agradeceu a honrosa participação da conselheira e
165 palestrante que também foi ovacionada por todas as participantes. As 13h30 do dia 04
166 de outubro de 2016 deu-se continuidade a 8ª Reunião Plenária do CEDIM/SC. Fizeram-
167 se presentes no período da tarde as Conselheiras Titulares e Suplentes, representantes
168 das Organizações Governamentais: Conselheira Titular e Vice-Presidenta Célia
169 Fernandes, representante da CEM/SC; Conselheira Titular Patrícia Maria Zimmermann
170 D'Ávila representante da SSP; Conselheira Titular Flávia de Mattos Motta,
171 representante da UDESC/LABGEF; Conselheira Suplente Otilma Aparecida Martins,
172 representante da PGE; Conselheira Titular Luz Marina Stradioto Steckert,
173 representante da SPG; Conselheira Titular Guerlinde Gomes de Medeiros,
174 representante da SEA; Conselheira Suplente Suzy Cristina Rodrigues, representante da



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945, de 08 de junho de 2016

175 SST; Conselheira Titular Ariane Emí Nakamura e Conselheira Suplente Sueli Irene
176 Zincoski, representantes da SOL; Conselheira Titular Léa Regina Gonçalves,
177 representante da SES e Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das
178 Organizações Não Governamentais: Conselheira Titular Mirtes Valles Piovezan,
179 representante do ICESPE; Conselheira Titular Carmem Vera G. Vieira Ramos e
180 Conselheira Suplente Adriana Barth Barbaresco, ambas representantes do IEG;
181 Conselheira Titular Sheila Sabag representante da Rede Feminista de Saúde, Direitos
182 Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Letícia Pereira, representante da
183 AEMC/SC; Conselheira Suplente Adriana Aparecida da Silva, representante da FCM;
184 Conselheira Titular Silvana Passold, representante da OAB; Conselheira Titular Ana
185 Maria Sokacheski, representante da Casa da Mulher Catarina; Conselheira Titular
186 Raquel Felau Guisoni, representante da UBM; Conselheira Titular Myriam Aldana
187 Vargas e Conselheira Suplente Angélica Luersen, ambas representantes da
188 UNOCHAPECÓ; Participaram como convidadas da 8ª Reunião Plenária Ordinária do
189 CEDIM/SC, as Conselheiras Municipais dos Direitos da Mulher de São José: Rosemere
190 da Luz, Lúcia Helena Coelho Pereira, Mariléia Ventuerella Koerich, Kátia Regina Pereira
191 e as Conselheiras Municipais dos Direitos da Mulher de Palhoça: Eva Paula Franciosi,
192 Fernanda Collaço Della Barba, Neusa Maria Coelho, Tatiane dos Santos e Inez
193 Terezinha Guarnieri. Participaram também da referida Plenária, a Estagiária de Nível
194 Médio do CEDIM/SC, Sabrina Cristina Santos e a Secretária Executiva do CEDIM/SC,
195 Fabiana de Souza. Justificaram a ausência: Conselheira Suplente Etel de Oliveira
196 Monteiro, representante da OAB; Conselheira Titular Agnes Margareth Schipanski
197 Weiwanko e Daniele Soares da Silva, ambas representantes da FETAESC; Conselheira
198 Titular Iara Regina Miotti e a Conselheira Suplente Arlete Carminatti Zago,
199 representante da BPW; Conselheira Titular Fabiana Lopes Ribeiro e Conselheira
200 Suplente Eloir Bernadet da Silva representantes da SDS; Conselheira Titular Adriana
201 Mafra Marghotti, representante da SED; Conselheira Titular Juliana Martins
202 representante da SST; Conselheira Titular Eva Santos da Rosa, representante da
203 AMUCC. Como forma de otimizar o tempo, visto que aguardava-se a chegada da



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945, de 08 de junho de 2016

204 Professora Dra. Teresa Kleba, a Presidenta Sheila solicitou as participantes que fossem
205 realizados os **Informes Gerais**. Sheila pontuou a importância da participação do
206 CEDIM/SC no Comitê de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Doméstica,
207 Sexual e Outras Violências. E que mesmo sendo ela e a conselheira Adriana Aparecida
208 da Silva as representantes do CEDIM/SC no Comitê seria importante que outras
209 conselheiras também participassem das reuniões e que a próxima reunião aconteceria
210 no dia seguinte, às 14h na Secretaria de Estado da Saúde. A Conselheira Patrícia falou
211 que gostaria de participar das reuniões. Sheila falou também que o CEDIM/SC recebeu
212 um a solicitação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais o Ofício nº
213 198/16/SEFAPP I/23ª PJDDCA/BH, o qual consta em anexo a Carta de Minas Gerais,
214 documento elaborado em parceria com os atores envolvidos no enfrentamento à
215 violência sexual no Estado de Minas Gerais. A referida Carta pede a ampliação do
216 atendimento às pessoas em situação de violência sexual e defende que a Lei nº
217 13.239/2015, que dispõe sobre a cirurgia plástica reparadora de seqüelas de lesões
218 causadas por atos de violência contra a mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde
219 (SUS) seja estendida a todas as pessoas vítimas de violência sexual, independente do
220 gênero. Além de pedir que seja ampliada a rede de atendimento para todo o território
221 brasileiro, considerando que atualmente esta é restrita a apenas onze Estados da
222 Federação, além do distrito Federal. Diante da solicitação de posicionamento do
223 CEDIM/SC quanto a referida Carta, Sheila solicitou a Fabiana de Souza que encaminhe a
224 todas as conselheiras para leitura e manifestação para que o Conselho possa emitir seu
225 posicionamento. Sheila disse que o CEDIM/SC precisa se posicionar quanto ao
226 julgamento referente ao feminicídio da ocorrido há 06 anos, onde uma mulher foi
227 morta espremida contra o muro, por um carro conduzido por seu ex-companheiro.
228 Sheila falou que o assassino foi condenado a 05 anos de prisão em regime aberto, pois
229 se considerou que ele estava fora de si. Patrícia colocou se a disposição para fazer uma
230 consideração técnica sobre julgamento. Patrícia sugeriu que as conselheiras ao terem
231 conhecimento de júris populares desta natureza na Capital, devem ser fazer presentes,
232 utilizando a camiseta do CEDIM/SC e se posicionando enquanto conselheiras estaduais



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945, de 08 de junho de 2016

233 para que se conheça e se monitore as ações. Sheila pediu a Patrícia que se obtenham
234 informações referente ao processo de julgamento do feminicídio mencionado acima,
235 bem como levantar informações referente o julgamento do “Caso Gracinha”, mulher
236 quilombola que perdeu o poder familiar de seus filhos. Com a chegada da Professora
237 Dra. Teresa Kleba deu-se continuidade a ordem do dia com **o Planejamento do**
238 **CEDIM/SC para os próximos 02 anos**. Como forma de interação junto a palestrante,
239 todas as participantes se apresentaram. Teresa agradeceu o convite pontuando ser
240 aquele um momento de desafio para ela, pois considerava uma honra palestrar para
241 aquele público e também contribuir para a elaboração do planejamento das ações do
242 CEDIM/SC para o biênio 2016-2018. Tereza utilizou o *Data Show* e *PowerPoint* para
243 fazer a apresentação “O papel dos conselhos de direitos e os desafios do controle
244 social sobre as ações do Estado”. Sua apresentação fomentou a participação de todas
245 as mulheres presentes por meio de um intenso debate e considerações. As discussões
246 e diálogos fizeram-se sob os seguintes temas: como controle social; conselhos de
247 direitos; interesses que perpassam os conselhos; políticas públicas de gênero;
248 equidade de gênero; competências de um conselho estadual; e as doze áreas de
249 preocupação prioritária em relação aos direitos das mulheres. As discussões
250 proporcionaram então, a reflexão das ações a serem desenvolvidas pelo CEDIM/SC no
251 biênio 2016-2018. Finalizando as atividades, Raquel sugeriu que o CEDIM/SC junto a
252 Bancada Feminina da Assembléia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) realize uma
253 atividade com todas as mulheres que foram eleitas (prefeitas e vereadoras) em 2016
254 no Estado de Santa Catarina para apresentar as atividades do CEDIM/SC e seu
255 planejamento para o próximo dois anos. Célia falou que enquanto Coordenadora
256 Estadual da Mulher poderá também ajudar a organizar a atividade. Sheila agradeceu a
257 participação de todas e mencionou que será verificado com todas as conselheiras a
258 realização de uma Plenária Extraordinária para dar continuidade no planejamento do
259 CEDIM/SC. Nada mais havendo a tratar, eu Fabiana de Souza, Secretária Executiva do
260 CEDIM/SC, lavrei a presente Ata.